

PODER

Numa sinalização da gestão Lula à classe média, programa será destinado a ampliações e adequações. Terá financiamentos a partir de R\$ 5 mil e juros de 1,17% a 1,95% ao mês

Governo lança crédito para reforma de casa

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, o programa Reforma Casa Brasil, iniciativa que visa facilitar o acesso das famílias a crédito para adequações de residências brasileiras.

Desenvolvido pelo Ministério das Cidades em parceria com a Caixa, o programa contará com R\$ 30 bilhões do Fundo Social e oferecerá linhas de crédito a famílias com renda de até R\$ 9.600. Para aquelas com renda superior a esse valor, a Caixa também disponibilizará o financiamento. Para esse grupo, o banco destinará R\$ 10 bilhões em crédito oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Um total de R\$ 40 bilhões em crédito habitacional.

As taxas de juros do empréstimo vão variar conforme a faixa de renda mensal das famílias: a faixa 1, com renda de até R\$ 3.200, juros a partir de 1,17% ao mês; faixa 2, de renda entre R\$ 3.200,01 e R\$ 9.600, juros de 1,95% ao mês; e acima de R\$ 9.600, condições estabelecidas pela Caixa.

“Nem todo mundo quer comprar uma casa. Nem todo mundo precisa de uma casa. Às vezes, o cara tem uma casinha que ele construiu há 30 anos e ele não quer mudar da vila que ele mora, do bairro que ele mora”, discursou Lula, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. “O que me incomodava muito é que, muitas vezes, a gente fazia programa para as pessoas mais humildes, e chega um companheiro que ganha R\$ 6 mil por mês, R\$ 7 mil por mês, R\$ 8 mil, e diz que não tem política para ele”, acrescentou. O evento também contou com a participação dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Jader Filho, das Cidades, além do presidente da Caixa, **Carlos Vieira**.

O anúncio de créditos relacionados ao mercado imobiliário tem sido uma constante do terceiro mandato do governo Lula. Na semana passada, o petista anunciou um novo modelo de crédito imobiliário para ampliar a oferta e o acesso ao mercado habitacional. A medida altera as regras de direcionamento do SBPE.

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula no lançamento do programa, no Planalto: total de R\$ 40 bilhões em financiamentos

Nos próximos anos, 15% do PIB

Segundo o presidente da Caixa, Carlos Vieira, a expectativa é de que o crédito imobiliário alcance 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos próximos três a quatro anos. A previsão, de acordo com ele, considera o impulso do novo programa e do novo modelo de crédito imobiliário, anunciado recentemente pelo governo. “Estamos extremamente esperançosos e cientes de que esse programa será da mesma forma que foi o Minha Casa Minha Vida, que levou o Brasil, que em 2007 aplicava no crédito imobiliário o equivalente a 2% do PIB, a, em 2014, aplicar 10%”, disse Vieira.

Saiba mais

- » Os beneficiários serão divididos em três faixas. As duas primeiras poderão fazer financiamentos a partir de R\$ 5 mil, com pagamento em até 60 meses. O valor das parcelas estarão limitados a 25% da renda das famílias beneficiadas.
- » A faixa um corresponde a famílias com renda de até R\$ 3.200, e terão juros mensais de 1,17%.
- » A faixa dois é composta por famílias que recebem entre R\$ 3.201 e R\$ 9.600, com juros mensais de 1,95%.
- » Já a última faixa contém os que recebem mais de R\$ 9.600. Neste grupo, as condições serão estabelecidas pela Caixa Econômica Federal, que fornecerá valores de financiamento a partir de R\$ 30 mil, com prazo de pagamento até 180 meses e taxa de acordo com o valor do crédito.
- » Os beneficiários do Reforma Casa Brasil poderão fazer os financiamentos por meio do site ou do aplicativo da Caixa Econômica Federal a partir de 3 de novembro. Segundo a Secom, o crédito é voltado, principalmente, para uso residencial, mas pode contemplar imóveis de uso misto.

Dessa forma, segundo anunciou o governo, haverá uma elevação gradual para que 100% dos recursos de saldos de poupança possam ser utilizados em crédito imobiliário. A medida alterou o mecanismo de funcionamento da poupança, já que, até então, 65% dos depósitos da poupança precisavam, obrigatoriamente, ser

aplicados pelos bancos em crédito imobiliário; 20% eram depositados compulsoriamente no Banco Central; e 15% tinham livre aplicação.

A medida surgiu em meio ao fato de a taxa de juros em 15% proporcionar uma fuga de dinheiro da poupança em busca de maiores rentabilidades baseadas na Selic.

Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, e encerrar os debates.

Impacto fiscal

Segundo técnicos do Senado, da forma como saiu da Câmara, o texto do PL do IR vai causar um rombo de R\$ 8,35 bilhões já em 2026. Até 2028, a estimativa é de que o déficit chegue a R\$ 12,3 bilhões. O número é uma revisão do que esperava a Fazenda, que apontava um déficit de R\$ 16,2 bilhões no período. A compensação do rombo viria com o imposto mínimo de 10% para os super-ricos, que recebem acima de R\$ 50 mil por mês.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que, embora o texto aumente — ou comece a cobrar — impostos de determinadas categorias da sociedade, não tem viés arrecadatório.

Durante a audiência pública na CAE, Haddad reafirmou que o objetivo da proposta é ser neutra: reduzir impostos para quem ganha menos cobrando de quem ganha mais. “Trata-se de um projeto que não tem nenhum tipo de viés arrecadatório ou de aumento de isenção. É neutro do ponto de vista fiscal, mas corrige uma injustiça tributária dramática no Brasil”, afirmou.

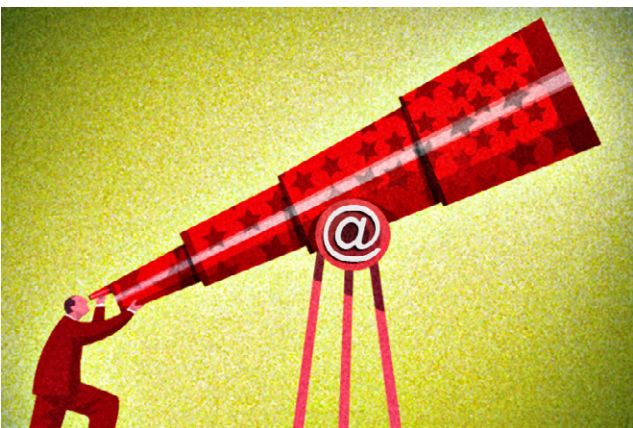
Na ocasião, também criticou a isenção a setores específicos, que tentaram evitar pagar impostos durante a tramitação na Câmara, como foi o caso de grandes investidores e empresários, já que o texto passa a tributar a distribuição de lucros e dividendos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula anuncia Boulos no Planalto e foca em jovens, moradia e segurança para alavancar a aprovação

O deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar o lugar de Marcio Macêdo, na Secretária-Geral da Presidência, e o atual advogado-geral da União, Jorge Messias, deve ser indicado para a vaga de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF). Lula pretende efetivar as duas decisões antes da viagem para a Malásia, onde se encontrará com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no domingo. As duas mudanças estão em sintonia com uma série de ações do governo para alavancar sua aprovação e, com isso, aumentar a expectativa de reeleição de Lula.

A missão de Boulos seria aproximar o governo de forma mais orgânica aos movimentos sociais, principalmente de jovens, turbinando a proposta do fim da jornada de trabalho de 6x1, projeto da deputada Èrika Hilton (PSol-SP). O governo vai ampliar políticas públicas voltadas para a população com renda familiar até R\$ 9 mil, como o novo programa de financiamento de reformas e melhorias de habitações populares. A indicação de Messias, que é evangélico, pode também aproximar o governo das lideranças pentecostais, que hoje têm o ministro André Mendonça, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, como único interlocutor no Supremo.

Principal estrategista eleitoral do governo, Sidônio Palmeira, ministro da Secretaria de Comunicação Social do Planalto, virou a chave do marketing oficial. O binômio União e Reconstrução foi substituído pelo novo slogan: “Governo do Brasil. Do lado do povo brasileiro”. A nova estratégia de marketing da gestão Lula aposta na comunicação digital, com aumento da verba para redes sociais e influenciadores, além da mensagem focada em soberania, justiça tributária e programas sociais. Ou seja, o governo mira as eleições de 2026.

A comunicação busca ser mais acessível e voltada para o entretenimento, usando a linguagem dos vídeos virais na internet. Há um direcionamento de cerca de 30% da verba publicitária para plataformas digitais, um aumento em relação aos 20% do ano anterior. O governo parte para a comunicação direta e polarizadora, com a mensagem de que combater privilégios é que abre espaço para o progresso social.

É aí que entram os temas da soberania nacional, que ganhou inédita relevância com o tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros, e da justiça tributária, incluindo a cobrança de impostos de grandes empresas e o combate a privilégios. Velhos programas como o Bolsa Família, o Pé-de-Meia e o Farmácia Popular, que beneficiam mais de 3,5 milhões de famílias, estão sendo rebobinados.

Bandeira da ordem

O foco na classe média foi ampliado com o lançamento do novo programa de reformas de moradias. E a segurança pública é vista como prioridade do governo, com objetivo de resgatar a bandeira da ordem, sobretudo nas cidades, onde a territorialização do crime organizado e a escalada de roubo de celulares, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, saíram do controle. Virou uma patologia social.

O Programa Reforma Casa Brasil, lançado ontem por Lula, é uma nova política habitacional, desenvolvida pelos ministérios das Cidades e da Fazenda, em parceria com a Caixa, com um duplo objetivo: melhorar a qualidade de vida das famílias com renda até R\$ 9 mil, da porta para dentro, e movimentar a economia local, com geração de emprego e renda na cadeia da construção, dando forma à autoconstrução.

São famílias que já têm imóvel, mas enfrentam problemas estruturais ou de adequação, como telhados danificados, pisos comprometidos, instalações elétricas e hidráulicas precárias, falta de acessibilidade ou necessidade de ampliação. O programa terá R\$ 30 bilhões do Fundo Social. A Caixa também vai separar R\$ 10 bilhões do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para rendas superiores a esse limite — totalizando R\$ 40 bilhões em crédito.

O governo também faz um tour de force no Congresso para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que visa reformular o sistema de segurança pública no país e criar um modelo semelhante ao do Sistema Único de Saúde (SUS). O conceito de um sistema único de segurança já existe desde 2018, com a Lei nº 13.675, protagonizada pelo ex-ministro Raul Jungmann. A PEC apenas eleva esse modelo ao texto constitucional.

A proposta é fruto de um amplo diálogo com governadores, secretários de segurança pública, especialistas e a sociedade civil e busca consolidar um modelo estruturado, coordenado e com financiamento garantido. A PEC da Segurança Pública surge como uma solução para mitigar os efeitos da violência em todo o país. Com a aprovação do texto, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) ganha status constitucional e servirá de base para a integração das forças de segurança em nível federal, estadual e municipal.

Os Fundos Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário Nacional (Funpen) garantirão que os recursos sejam divididos de forma justa entre todas as unidades federativas e os municípios do Brasil, além de manter um repasse contínuo e estável. Outra medida proposta é a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que garanta a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão.

Parecer do IR deve sair na próxima semana

» ISRAEL MEDEIROS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado conclui nesta semana as audiências públicas sobre o projeto de lei que isenta de Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil. O PL 1087 de 2025, aprovado por unanimidade no plenário da Câmara no início do mês, está sob a relatoria do senador Renan Calheiros (MDB). Ele disse ontem que pretende apresentar seu parecer já na próxima semana. “Depois dos debates, apresentarei o relatório final, para garantir uma proposta justa, que beneficie quem mais precisa”, escreveu em seu perfil no X.

A expectativa do governo é de que o texto traga poucas alterações em relação ao parecer do deputado Arthur Lira (PP-AL), já que eventuais mudanças precisam ser combinadas com o Ministério da Fazenda, pois impactarão diretamente na peça orçamentária de 2026. A rivalidade entre Renan e Lira, no entanto, pode trazer novos elementos ao projeto.

Em setembro, a mesma Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador aprovou um texto quase idêntico ao PL 1087, também sob a relatoria de Renan Calheiros. A principal diferença foi a criação do Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

O senador não sinalizou se pretende incluir o programa ao texto que veio da Câmara. Se o texto for

crédito: Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan: relatório final “para garantir uma proposta justa”

alterado, no entanto, terá de voltar à Casa Baixa para ser cancelado pelos deputados, algo que o Planalto quer evitar, já que o tempo até o fim do ano é curto: o Congresso precisa aprovar, ainda, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a própria LOA (Lei Orçamentária Anual).

Governistas ouvidos pelo **Correio** se dizem otimistas para a aprovação do texto antes do fim do mês. Para valer no início do ano que vem, precisa ser sancionado até o fim do ano. Assim como na Câmara, há forte apoio à

matéria no Senado. Hoje, os senadores vão ouvir representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz).

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, que já participou de uma audiência na semana passada ao lado do ministro Fernando Haddad (Fazenda), também está confirmado. Para quinta-feira, a expectativa é ouvir especialistas, incluindo o secretário de Política Econômica do